

Permanências e mudanças na Educação Rural e na Educação do Campo no município de Salto do Lontra entre os anos de 1998 a 2022

 Elizangela Wessling¹,  Carlos Antônio Bonamigo²

^{1, 2} Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Programa de Pós-Graduação em Educação. Campus Francisco Beltrão. Rua Maringá, 1200, Vila Nova. Francisco Beltrão – PR. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: elizangelawessling1@hotmail.com

RESUMO. Este artigo é um recorte de uma investigação de Mestrado em Educação que teve como objetivo geral analisar as permanências e mudanças na Educação Rural e na Educação do Campo no município de Salto do Lontra/PR entre os anos de 1998 a 2022. Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, sendo realizadas leituras bibliográficas para compreender as características históricas da Educação Rural e da Educação do Campo, como também, a relação existente entre o processo de nucleação das escolas e o esvaziamento do campo. Além disso, analisaram-se os documentos do processo de fechamento e nucleação das escolas rurais, especialmente entre as décadas de 1980 e 1990, os Planos Municipais de Educação de 2007 e 2015, os Projetos Políticos Pedagógicos das oito escolas públicas do campo que atendiam aos estudantes em 2022 e desenvolvidas entrevistas semiestruturadas com as equipes pedagógicas das escolas públicas do campo municipais e estaduais. Constatou-se com a pesquisa que em Salto do Lontra existe tanto a presença das escolas rurais quanto das escolas do campo havendo, portanto, uma relação dialética entre as permanências da Educação Rural e as mudanças da Educação do Campo, pois, o movimento histórico que as envolvem se entrelaçam.

Palavras-chave: educação, educação rural, educação do campo, alto do Lontra.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e15659	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



Permanences and changes in Rural Education and Field Education in the county of Salto do Lontra between 1998 to 2022

ABSTRACT. This article is an excerpt from a Master's research in Education that aimed to analyze the permanence and changes in Rural Education and Field Education in the county of Salto do Lontra/PR between 1998 to 2022. For the development of the work, a qualitative research was carried out, with bibliographic readings to understand the historical characteristics of Rural Education and Field Education, as well as the relationship between the nucleation process of schools and the emptying of the field. In addition, the documents of the closure and nucleation process of rural schools were analyzed, especially between the 1980s and 1990s, the Municipal Education Plans of 2007 and 2015, the Pedagogical Political Projects of the eight public field schools that served students in 2022 and semi-structured interviews with the pedagogical teams of the public primary and secondary field schools were developed. It was found with the research that in Salto do Lontra there is both the presence of rural schools and field schools and, therefore, there is a dialectical relationship between the permanence of Rural Education and the changes in Field Education, because the historical movement that involves them intertwines.

Keywords: education, rural education, rural education, Salto do Lontra.

Permanencias y cambios en la Educación Rural y Educación del Campo en el municipio de Salto do Lontra entre los años 1998 a 2022

RESUMEN. Este artículo es parte de una investigación de una Maestría en Educación cuyo objetivo general fue analizar las permanencias y cambios en la Educación Rural y en la Educación del Campo en el municipio de Salto do Lontra/PR entre los años 1998 - 2022. La investigación es de enfoque cualitativo y lecturas bibliográficas para comprender las características históricas de la Educación y del proceso de nucleación de las escuelas y el vaciamiento del campo. Se analizaron los documentos del proceso de cierre y nucleación de las escuelas rurales entre las décadas de 1980 y 1990, los Planes Municipales de Educación de 2007 y 2015, Proyectos Políticos Pedagógicos de las ocho escuelas públicas del campo que atendían a los estudiantes en 2022 y se desarrollaron entrevistas semiestructuradas con los equipos pedagógicos de las escuelas públicas primarias y secundarias del campo. Se verificó con la investigación que en Salto do Lontra hay tanto la presencia de escuelas rurales como de escuelas del campo, por lo tanto, hay una relación dialéctica entre las permanencias de la Educación Rural y los cambios de la Educación del Campo, porque el movimiento histórico que los envuelven están entrelazados.

Palabras clave: educación, educación rural, educación del campo, Salto do Lontra.

Introdução

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que foi regulamentada por meio da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. No entanto, muitas escolas que estão localizadas no campo permanecem com a nomenclatura “rural” ao invés de “campo”. Essa é uma realidade que se faz presente nas escolas públicas do campo do município de Salto do Lontra/PR, visto que, as escolas públicas municipais ainda se denominam “rural” e as escolas públicas estaduais, a partir de 2010, utilizam a nomenclatura do “campo”. Entretanto, sabe-se que não basta a mudança de nomenclatura, mas a utilização de instrumental teórico metodológico que articule o conhecimento científico com a realidade dos estudantes do campo, sendo a construção desse instrumental um desafio para a efetivação da Educação do Campo nas escolas.

Por isso, este artigo tem como objetivo trazer, sinteticamente, as análises produzidas em relação às permanências e mudanças na Educação Rural e na Educação do Campo no município de Salto do Lontra/PR entre os anos de 1998 a 2022. Trata-se de um recorte de uma investigação mais ampla em torno deste objeto e que se orientou por uma pesquisa qualitativa construída nas escolas públicas do campo no município de Salto do Lontra/PR. Desenvolveu leituras bibliográficas, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas com as equipes pedagógicas das seguintes escolas do campo: Escola Estadual do Campo de Barra do Lontra, Escola Estadual do Campo de Linha Boeira, a qual compartilha o espaço com a Escola Rural Municipal Padre José de Anchieta, Escola Estadual do Campo de Pinhal da Várzea, a qual divide o prédio com a Escola Rural Municipal Professora Irmã Meurer Fazolin, Escola Estadual do Campo de Sede da Luz, a qual divide o local com a Escola Rural Municipal Padre Diogo Feijó e a Escola Rural Municipal Nossa Senhora Aparecida. Após o encerramento das gravações, as entrevistas foram transcritas e analisadas a partir do referencial teórico.

Este trabalho está dividido em seis momentos em torno das seguintes ideias centrais: as características históricas da Educação Rural e da Educação do Campo; a Educação Rural e a Educação do Campo em Salto do Lontra/PR; a análise dos programas para formação dos professores para atuar nas escolas do campo no município de Salto do Lontra/PR; as metas e objetivos contidos nos Planos Municipais de Educação em Salto do Lontra/PR de 2007 e 2015; a análise dos Projetos Político Pedagógico das escolas públicas do campo do município

de Salto do Lontra/PR e seus vínculos com a Educação no/do Campo e a apresentação da organização didático-pedagógica das escolas públicas do campo do município de Salto do Lontra/PR. Todos os procedimentos metodológicos aqui descritos foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil e todos eles foram aprovados, de acordo com a certidão nº 5.275.928.

Características históricas da Educação Rural e da Educação do Campo

A educação escolar para a classe trabalhadora, sobretudo para os camponeses, foi, historicamente, negada ou muito precarizada. Ghiraldelli Junior (2015) aponta que, se começou a se pensar na escola rural, a partir da década de 1930, com o processo de industrialização e urbanização do território brasileiro, pois “...quanto mais urbano se torna um país, mais cresce os setores de serviço, menos as pessoas querem se submeter ao trabalho braçal e, então, mais os setores médios ou os aspirantes a tal exigem educação e escolas”. (Ghiraldelli Junior, 2015, p. 48).

Para Ribeiro (2012, p. 293), as escolas rurais não incorporam de forma efetiva em seu conteúdo de ensino as especificidades da vida no campo, já que, era destinada “...uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas...”. Desse modo, é possível apontar que a Educação Rural pode ser vista como um movimento contraditório, pois, ao mesmo tempo em que o Estado, compreendido enquanto agente de políticas públicas, negou uma educação escolar de qualidade ao campesinato, as famílias reivindicavam e lutavam pela construção de escolas e por acesso à educação.

Pesquisas como a de Nurmberg (2017) e Santi (2021) demonstram esse movimento contraditório presente na história da Educação Rural. Nurmberg (2017), em seu trabalho intitulado “História da educação do município de Enéas Marques – 1960 a 1992: das escolas rurais à nuclearização”, é esclarecedora ao enfatizar que as famílias lutavam por escolas nas comunidades em que moravam. Ou seja, durante a ocupação das terras “...foram derrubando matas, abrindo estradas, produzindo alimentos e criando escolas. Terras de onde retiraram a sobrevivência para suas famílias, onde criaram filhos e estes aprenderam a ler, escrever e contar nas escolas organizadas pelas comunidades”. (Nurmberg, 2017, p. 90).

Santi (2021) em sua tese intitulada “A institucionalização da escola rural no Paraná entre 1915 e 1946 e a atuação dos inspetores”, indica que, durante o processo de colonização e imigração no Estado do Paraná, a população que se estabelecia no meio rural exigia escolas, “...porém em muitos casos os imigrantes não esperavam as iniciativas do governo e acabavam construindo por si próprios os estabelecimentos de ensino”. (Santi, 2021, p. 58). A partir dessas pesquisas, nota-se que a Educação Rural desenvolveu um papel importante na história da educação escolar brasileira, pois, mesmo com todas as dificuldades e precariedades que as escolas rurais possuíam, elas foram responsáveis em alfabetizar milhares de brasileiros que moravam no meio rural.

Durante os anos de 1964 até 1985 instala-se no Brasil o Regime Civil-Militar, o qual influenciou profundamente a área educacional, trazendo mudanças significativas no campo, e também na educação oferecida aos povos que viviam no/do campo. Durante o período da Ditadura Militar, surgiu a Revolução Verde, a qual contribuiu para aumentar a desigualdade social, uma vez que, os produtores que tinham menos condições de investir na propriedade, muitas vezes, foram expropriados de suas terras ou ficaram dependentes das empresas fabricantes dos insumos agrícolas, por exemplo. (Pereira, 2012).

Assim, ao estudar a história da Educação Rural no Brasil, notou-se que existiam características determinantes e complementares. As características determinantes que foram encontradas, demonstraram/demonstram o descaso do poder público em relação à educação escolar oferecida aos camponeses, visto que, as escolas rurais possuíam ou possuem um currículo que privilegia, sobretudo a cultura urbana, seus valores, suas práticas. Além disso, não abordam ou não abordavam em suas metodologias de ensino o trabalho desenvolvido pelos estudantes no campo e contribuíram, muitas vezes, para o seu esvaziamento, pois o campo não é compreendido como lugar que produz cultura e conhecimento, mas como lugar de atraso. Ou seja, durante o movimento histórico da Educação Rural não foram desenvolvidos projetos vinculados à classe camponesa, tampouco projetos de organização social e políticas educacionais da classe camponesa. (Maia, 1982; Leite, 1999; Ribeiro, 2012).

Já em relação às características complementares é possível destacar a reivindicação das famílias exigindo escolas próximas de suas casas. Por meio da luta e resistências dos camponeses/as foram construídas várias escolas no meio rural, as quais recebiam diariamente uma grande quantidade de alunos, sendo na maioria das vezes, um professor ou professora

responsável em ensinar estudantes que estavam em diferentes faixas etárias em uma mesma sala de aula, ou seja, em turmas multisseriadas. (Nurmburg, 2017; Cattelan, 2014).

Buscando superar as contradições provocadas pelo projeto implantado com a Ditadura Militar e as dívidas históricas aos povos do campo, no final dos anos 1970 e a década de 1980, sobretudo, ressurgem as ações dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC), representados, especialmente, pelo MST e mais tarde pela Via Campesina. (Ghedini, 2017). Com a participação dos Movimentos Sociais Populares na defesa de uma educação pública e de qualidade para os povos do campo começou, especialmente a partir de 1990, o processo de transição da Educação Rural para a Educação do Campo. Com isso, surgiu o Movimento por uma Educação do Campo no Brasil (Munarim, 2008a; 2008b; Arroyo, Caldart & Molina, 2011), fundamentando-se, teoricamente, nas pedagogias contra-hegemônicas, com a criação de projetos elaborados pela classe trabalhadora, a qual busca a transformação social a partir de uma educação emancipadora. (Molina & Sá, 2012).

Enquanto as escolas rurais buscaram, historicamente, fortalecer os interesses das classes dominantes hegemônicas, com um currículo e uma escola que favoreceram a cultura urbana, desconsiderando o modo de vida dos camponeses, incentivando-os a sair do seu lugar de origem, as escolas do campo, buscaram/buscam trabalhar com um Projeto Político Pedagógico que valorize o lugar, a cultura e os saberes que os povos do campo constroem diariamente por meio de sua relação na e com a terra. Dessa maneira, constata-se que existe diferença entre a educação oferecida, historicamente, nas escolas rurais e a educação presente nas escolas do campo. (Ghedini, 2017; Molina & Sá, 2012).

Diante do exposto, é possível apontar algumas características que estão presente, historicamente na construção da Educação do Campo, buscando superar a Educação Rural, tais como: participação dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) e da classe trabalhadora; valoriza os conhecimentos, saberes e práticas dos povos do campo; campo, lugar que produz cultura e conhecimento; autonomia na produção do conhecimento; calendário escolar conforme a realidade e as condições climáticas; metodologias de ensino apropriadas à realidade do campo; nucleação e transporte intracampo; educação emancipadora; trabalha o conceito de agroecologia e procura trabalhar o conteúdo oficial articulando com a realidade do estudante do campo. (Ghedini, 2017; Oliveira & Campos, 2012; Resolução nº 2, 2008; Resolução nº 4, 2010; Decreto nº 7.352, 2010).

Perante o exposto, é possível destacar que a construção da identidade da escola do campo acontece por meio de instrumental teórico e metodológico específicos, vinculados ao conhecimento científico, demonstrando que é possível viver no/do campo sem prejudicar o meio ambiente e explorar a mão de obra de outros trabalhadores, de ter um projeto de país a partir da classe trabalhadora, tanto na espacialidade urbana quanto rural. (Ghedini & Berté, 2018; Ghedini, Bonamigo & Ritter, 2020; Santos, 2021).

A Educação Rural e a Educação do Campo em Salto do Lontra

Salto do Lontra está localizado na Região Sudoeste do Paraná. Possui uma área territorial de 312.444 km². Em 2000, de acordo com as informações publicadas pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) no Caderno de Estatísticas do Município de Salto do Lontra entre os anos de 2009 e 2012, baseados nos Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) dos anos de 2000 e 2010, observa-se que, neste período ocorreu uma diminuição da população rural, ou seja, de 7.155 pessoas que viviam no campo no ano de 2000, chega-se ao ano de 2010, com 6.258 pessoas. Enquanto, a população urbana foi aumentando de 5.602 em 2000, para 7.431 habitantes em 2010. (Ipardes, 2009; 2012). Em 2021, a população estimada era de 14.957 habitantes. (Ipardes, 2022).

Mesmo com o esvaziamento do campo nas últimas décadas, verifica-se que o município é essencialmente agrícola, já que, entre as atividades em destaque, encontra-se a produção agrícola de grãos como soja, milho, trigo e feijão. E a produção de produtos de origem animal como o leite, os ovos de galinha e o mel de abelha. (Ipardes, 2022).

Durante a pesquisa constatou-se que, em Salto do Lontra/PR começaram a ser construídas as primeiras escolas rurais em 1957. No entanto, foram encontrados documentos somente a partir da década de 1980, os quais evidenciam que nessa época havia 58 escolas rurais. (Salto do Lontra, 1983). Nesse período, e até aproximadamente na década de 1990, a maioria das comunidades que existiam ou que ainda existem no município de Salto do Lontra/PR possuíam uma escola, a qual atendiam ou atendem os filhos/as dos camponeses/as.

A partir da década de 1980 e 1990, houve em Salto do Lontra o fechamento de muitas escolas rurais e a nucleação para outras escolas também localizadas no campo. O que mais chamou a atenção foi em relação às justificativas que foram apresentadas para que ocorresse o

fechamento das escolas rurais. Conforme, é possível verificar na justificativa apresentada em 1996, por exemplo.

Visando a melhoria do ensino, optamos pelo processo de Nuclearização das Escolas Municipais, isso está sendo gradativo e até lentamente, porque os pais demonstram muita resistência, mas com muita insistência nossa, conseguimos desativar 06 (seis) Escolas Multisseriadas e passando os alunos das mesmas para Escolas Nuclearizadas. Todas essas Escolas tinham um número pequeno de alunos frequentando e pensando na qualidade de ensino para esses alunos é que tomamos a decisão de desativar definitivamente, pois isso está na proposta da política educacional do Município. (Salto do Lontra, 1996).

Por meio da justificativa expressa acima, nota-se a resistência da comunidade no processo de nucleação das escolas rurais no município de Salto do Lontra/PR, visto que, fica visível no documento, a luta das famílias pela manutenção de escolas perto de suas casas. Como consequência, pode-se verificar que quando uma escola rural/do campo é fechada tem-se a negação do direito ao acesso à educação, a qual provoca a expulsão dos camponeses das comunidades e favorece a expansão dos grandes latifundiários. (Maia, Cordeiro & Carvalho, 2020).

Com a nucleação das escolas houve maior dificuldade para os filhos/as dos camponeses/as terem acesso à escola, como também, foi necessário que os professores/as se adaptassem a uma nova realidade de trabalho. Por exemplo, com o fechamento das “escolinhas” as turmas deixaram de serem multisseriadas e passaram a serem seriadas, o professor/a deixou de ser responsável por todas as tarefas da escola (direção, secretaria, limpeza, lanche), havendo a divisão do trabalho, em que cada um tem sua função. (Cattelan & Danieli, 2020). Além disso, os professores e professoras começaram a atender várias comunidades ao mesmo tempo e, mais recentemente, os docentes que atuam nas escolas do campo, na sua grande maioria, não residem no campo, mas na área urbana, sobretudo os professores/as que atuam na rede estadual de ensino.

Em Salto do Lontra, o movimento de fechamento das escolas rurais teve início na década de 1980, se intensificando na década de 1990 e continuando no século XXI, visto que, houve um número expressivo de escolas rurais municipais fechadas no ano de 2007, ou seja, foram cessadas as atividades escolares de 11 escolas. (Salto do Lontra, 2015). Entre os anos de 2018 a 2022, foram fechadas três escolas rurais do campo municipais e duas escolas do campo estaduais. (Gefhemp, 2022).

Para Santos e Garcia (2020), o fechamento das escolas do campo está relacionado ao fortalecimento das políticas neoliberais, uma vez que, “...para os capitalistas o campo é entendido como uma indústria do agronegócio, assim o esvaziamento do campo faz parte das estratégias de manutenção dessa lógica. As ações neoliberais que contribuem para tal objetivo giram em torno do abandono, precarização...” (Santos & Garcia, 2020, p. 270), o que leva, conseqüentemente, ao fechamento de milhares de escolas do campo em todo o país, e não somente no município de Salto do Lontra.

Um fato importante a ser mencionado em relação ao processo de fechamento e nucleação das escolas no município de Salto do Lontra, é que no início os estudantes foram transferidos de uma escola rural/do campo para outra escola rural/do campo. (Salto do Lontra, 1997a; 1997b; 1998). Porém, ao analisar o fechamento das escolas, especialmente a partir de 2018 até 2022, nota-se que os estudantes foram ou são transferidos para as escolas urbanas do município. Permanecendo, na maioria das vezes, mais de uma hora no transporte escolar. (Salto do Lontra, 2017; Paraná, 2018).

Em 2022, existiam no município de Salto do Lontra/PR oito escolas rurais/do campo. Sendo que, quatro escolas pertenciam à rede municipal de ensino (Pré-escolar 4 e 5 ano ao 5º ano) e quatro escolas atendiam aos estudantes da rede estadual de ensino (6º ao 9º ano).

Pode-se considerar que, o processo de esvaziamento do campo tanto em Salto do Lontra como em outras regiões brasileiras, influencia diretamente no processo de fechamento das escolas públicas do campo. (Reichenbach, 2019; Bonamigo & Belletini, 2022). Além disso, esses fatores interferem também para a efetivação da modalidade da Educação do Campo, uma vez que, os grandes proprietários de terras não estão preocupados na formação dos sujeitos do campo, ou seja, não querem uma educação emancipadora, que busca a transformação da sociedade e da realidade em que estão inseridos. Os capitalistas tanto urbanos quanto agrários preferem uma educação não crítica, uma educação que mantenha o *status quo* da sociedade. Por isso, preferem a permanência da Educação Rural e não uma educação que ensine a partir da realidade dos estudantes, como defende a Educação do Campo. (Bonamigo, 2007).

Programas para formação dos professores para atuar nas escolas do campo no município de Salto do Lontra

Buscando superar ou amenizar a lacuna presente na formação inicial dos professores/as que atuam nas escolas públicas do campo, Chimentão (2009, p. 03) é claro ao dizer que, a formação continuada é “...um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade aos educandos”.

Em Salto do Lontra, durante a entrevista semiestruturada realizada com os docentes que atuam na rede estadual de ensino, foram encontradas algumas formações continuadas que abordam as especificidades da Educação do Campo, como por exemplo, a Refocar. No entanto, a formação realizada pela Refocar não atingiu as quatro escolas públicas do campo da rede estadual, visto que, uma professora comentou que participavam das atividades desenvolvidas pela Refocar, mas como ela não é oferecida pela SEED (Secretaria de Estado da Educação e do Esporte) e, sendo realizados os estudos fora do horário de trabalho, algumas escolas, na prática, ficam impedidas de participar. Como nota-se nas falas a seguir: “*A gente já fez, acho que dois ou três anos seguidos. Mas esse ano não está sendo feito por causa dessa correria que tá. A gente não tem tempo pra muita coisa fora da escola*”. (Professora 3 – Rede Estadual)ⁱ. “*...o que iria facilitar...? Que nós tivéssemos esse programa de formação no horário da formação da rede estadual. Poderia ser pela Refocar, sim, mas essa parceria entre Estado e a Refocar. E daí teria essa formação, nos dias de formação*”.(Professora 1 – Rede Estadual)ⁱⁱ.

Além da Refocar, também, encontrou-se relatos de formações continuadas, como a Escola da Terra e os Formadores em Ação. A formação realizada pela Escola da Terra trabalhou com projetos. No entanto, a formação não contemplou todos os professores que atuam ou atuavam nas escolas públicas do campo da rede estadual de ensino do município de Salto do Lontra/PR. Como se constatou nas falas a seguir: “*Primeiro, eles abriram para as pedagogas. ...Esse ano abriram para um professor fazer, né.Então, não é uma coisa, assim, que não dá sincronia porque um professor faz e o outro não faz*”. (Professora 1 – Rede Estadual). “*Teve fora de horário essas formações.aquela da Escola da Terra, só eu fiz, que era a noite. Então, um período fora de horário.Muitos não conseguem acompanhar. Então, fica difícil...*”. (Professora 2 – Rede Estadual)ⁱⁱⁱ.

Já os Formadores em Ação é um programa de formação continuada oferecido pela SEED de forma *online*, via *Google Meet*. Os materiais das formações são elaborados por técnicos pedagógicos que atuam na SEED. Não foram encontradas falas de que os Formadores em Ação desenvolvem ou desenvolveram cursos direcionados especificamente para a Educação do Campo. De acordo com uma professora entrevistada, os Formadores em Ação são oferecidos “*por componente curricular, em que o professor pode escolher. ...Tem agora, que a gente está vendo mais sobre projeto de vida, na área de informática, de tecnologia que os professores agora estão usando bastante. ...Para as aprendizagens ativas, por exemplo...*”. (Professora 3 – Rede Estadual).

Durante a análise das entrevistas, o que fica claro nas falas dos sujeitos da pesquisa, é que as formações continuadas que chegam para as escolas públicas do campo da rede estadual, especialmente aquelas oferecidas nas semanas pedagógicas, já vem elaborado pela SEED, sendo que o foco está na análise de índices, especialmente no que se refere a Prova Paraná, priorizando números, sendo que: “*Nem sempre é satisfatório e é real esse número*”. (Professora 4 – Rede Estadual)^{iv}.

Assim, é possível perceber que na rede estadual há inexistência de formação continuada destinada à modalidade da Educação do Campo ofertada pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED). Compreender a realidade da escola, seja ela, do campo ou urbana, por meio de provas e números possibilita uma reflexão que fica apenas “...situada na superficialidade, na aparência do fenômeno educativo e, portanto, difere e contraria a concepção de realidade da perspectiva histórico-cultural, que a compreende como um processo histórico que sofre multideterminações”. (Zanella, 2018, p. 71).

Na rede municipal de ensino não teve relato de formação continuada desenvolvida especificamente para as professoras e professores que atuam ou atuavam nas escolas do campo. As formações continuadas são realizadas com todos os docentes, independentemente se atua na escola do campo ou na escola urbana.

Planos Municipais de Educação em Salto do Lontra de 2007 e 2015

Buscando compreender o que está descrito nos Planos Municipais de Educação de 2007 e 2015 em relação à modalidade da Educação do Campo, procurou-se responder as seguintes

questões: Qual concepção de Educação do Campo está presente nos documentos? Quais são as metas para a Educação do Campo?

Ao analisar o Plano Municipal de Educação de 2007, verificou-se que o documento não menciona diretamente a Educação do Campo. Acredita-se que isso se deva, pelo fato de a Educação do Campo ter se tornado uma modalidade da Educação Nacional, apenas, a partir de 2010, com a aprovação da Resolução nº 4, de 13 de julho, a qual definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. (Resolução nº 4, 2010).

Já o Plano Municipal de Educação de 2015, aprovado por meio da Lei n. 063/2015, o qual estará em vigor até 2025, apresenta um item exclusivo para a modalidade da Educação do Campo, indicando que: “...Educação do Campo, ultrapassa os espaços extrativista possibilitando a percepção humana sobre a produção das condições de sua existência social e suas realizações. Sob esse contexto, nossos educandos se inscrevem na condição de sujeitos merecedores do respeito às suas especificidades”. (Salto do Lontra, 2015, p. 93).

Percebe-se que a Educação do Campo é compreendida como a educação escolar que deve respeitar as especificidades e o conhecimento que os estudantes têm em relação aos saberes que possuem sobre a terra e o trabalho que desenvolvem no campo e por meio desses conhecimentos prévios elaborarem novos conhecimentos. Porém, o próprio documento diz que “...a Educação do Campo ainda segue um currículo urbano e muitas vezes burguês”. (Salto do Lontra, 2015, p. 94).

Nesse documento, são apresentadas cinco metas para a Educação do Campo, são elas:

- 1 - Assegurar o pleno funcionamento das Escolas Rurais e do Campo, conforme determina a LDB;
- 2 - Ampliar o atendimento das escolas rurais e do campo assegurando que os alunos que moram próximos a essas escolas permaneçam nas mesmas;
- 3 - Organizar o transporte escolar, assegurando que o roteiro do mesmo contribua para que os alunos permaneçam nas escolas rurais e do campo;
- 4 - Organizar um planejamento diferenciado para adequar a educação do campo às necessidades da população que mora na zona rural;
- 5 - Pleitear junto aos órgãos competentes a implantação do ensino integral nas escolas rurais e do campo. (Salto do Lontra, 2015, p. 95-96).

Na primeira meta, fica evidente que no município de Salto do Lontra, existe a atuação tanto da Educação Rural quanto da Educação do Campo, pois a meta trata da necessidade de garantir o funcionamento das escolas rurais e das escolas do campo. Assim, fica nítido que existem no município de Salto do Lontra/PR tanto escolas rurais quanto escolas do campo

reafirmando, portanto, o que foi constatado na entrevista quando a professora 1 da rede municipal de ensino é questionada sobre o que é Educação do Campo e escola do campo. Ela fala que: “... as nossas escolas, ..., as ... municipais elas não são ainda direcionadas à escola do campo, né. Elas são escolas rurais”^v. Isso confirma a hipótese da pesquisa, de que existe no município de Salto do Lontra/PR permanências e mudanças na Educação Rural e na Educação do Campo.

Nas outras metas também são apresentadas questões desafiadoras para a implementação da Educação do Campo no município. Por exemplo, a segunda meta indica que até 2025, o atendimento tanto da escola rural quanto da escola do campo deverá se expandir, garantindo que os estudantes tenham acesso à escola mais próxima de casa. A terceira meta manifesta a necessidade do transporte escolar, para que os estudantes consigam frequentar e permanecer na escola rural e na escola do campo. A quarta meta diz respeito ao planejamento, o qual deve ser elaborado a partir da realidade do estudante do campo. A quinta meta aponta para o ensino integral tanto nas escolas rurais quanto nas escolas do campo. Percebe-se que essas metas, também são desafiadoras para a implementação da Educação do Campo no município de Salto do Lontra/PR. Com essas metas, nota-se que existem muitos desafios que precisam ser superados para que as metas consigam “sair do papel”, até o fim de sua vigência, em 2025.

Projetos Político Pedagógico das escolas públicas do campo do município de Salto do Lontra e seus vínculos com a Educação no/do Campo

Ao realizar a leitura e análise dos conteúdos dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas públicas do campo da rede estadual de ensino, observou-se que duas instituições de ensino apresentam a concepção de Educação do Campo, compreendendo-a como uma educação escolar que considere as singularidades dos sujeitos que vivem no/do campo. Além da concepção de Educação do Campo, alguns PPPs indicam que trabalham com os eixos temáticos, partilhas dos saberes e com as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.

No decorrer da análise dos PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos) das escolas públicas do campo da rede municipal de ensino, no item “Diversidade dos sujeitos escolares” todos os documentos afirmam que são escolas do campo. Como se pode observar: “...a instituição por caracterizar-se como uma Escola do Campo procura observar e considerar a diversidade contida nesse espaço rural promove adaptações e adequações curriculares contemplando as

necessidades, características e peculiaridades da vida e dos saberes ali presentes”. (Salto do Lontra, 2021, p. 32).

Assim, verificou-se que, diferentemente do que foi constatado nas entrevistas e no Plano Municipal de Educação de 2015, todas as escolas são citadas como escolas do campo. Apesar dos documentos citarem que são escolas do campo, percebeu-se que a nomenclatura das escolas ainda continua sendo “rural” ao invés de “campo”. Além disso, não foram encontrados instrumentos teórico-metodológicos, que diretamente poderiam contribuir com a efetivação da Educação do Campo nas escolas municipais.

Nas ações didático-pedagógico das escolas estaduais, notou-se que, são pouco o instrumental teórico-metodológico utilizados pelos professores/as para implementar a Educação do Campo, uma vez que, foram encontradas ações como, por exemplo: horta escolar e ajardinamento e a família na escola. Observa-se, portanto, que as ações didático-pedagógicas voltadas para a implementação da modalidade da Educação do Campo no município de Salto do Lontra/PR ainda está “engatinhando”, visto que, são poucos os instrumentais teóricos metodológicos utilizados para pensar o processo de ensino e de aprendizagem a partir da realidade do sujeito que mora no/do campo. Essa é uma realidade que se faz presente tanto nas escolas municipais quanto nas escolas estaduais. Franco (2012, p. 164), afirma que: “O projeto precisa expressar os anseios e expectativas de um grupo envolvido com aquela escola; as práticas pedagógicas deverão reorganizar-se e recriar-se a cada dia para dar conta do projeto inicial... Não há projeto pronto; não há prática prontas”.

É importante destacar que o desafio de implementar a modalidade da Educação do Campo não é apenas no município de Salto do Lontra/PR, mas em várias regiões do Paraná, e quiçá no país, pois as escolas encontram dificuldades, por exemplo, de realizar as formações continuadas mais direcionadas para a realidade das escolas, já que, a equipe pedagógica, na maioria das vezes, precisa seguir o material que vem elaborado pela SEED. Desse modo, nota-se que muitos desafios/obstáculos estão postos para a Educação do Campo.

Em síntese, pode-se perceber que os instrumentais teóricos metodológicos descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas públicas do campo do município de Salto do Lontra/PR, tanto da rede municipal quanto da rede estadual, são tímidos em relação à implementação da modalidade da Educação do Campo.

Organização didático-pedagógica das escolas públicas do campo do município de Salto do Lontra

A implementação da modalidade da Educação do Campo é um desafio para as escolas que estão localizadas no campo. Em Salto do Lontra/PR, nota-se que a concretização da modalidade está em processo de construção em algumas escolas do campo, especialmente na rede estadual de ensino. Durante as entrevistas semiestruturadas teve-se o relato, especialmente das professoras da rede estadual de ensino, de algumas práticas que foram ou estão sendo desenvolvidas pelas escolas públicas do campo para implementar a modalidade da Educação do Campo. Como é possível perceber na fala a seguir: “... a gente participa do projeto ... Da Universidade Sem Fronteiras. ... então, a Cecília pediu pra gente fazer as Trilhas e era pra fazer o Inventário da Realidade ...”. (Professora 1 – Rede Estadual). “A gente vai fazer [a] Feira, vai conversar com eles e cada um vai trazer o produto que eles têm em casa. O que eles conseguem lá. O que eles têm plantado. Colhe.” (Professora 4 – Rede Estadual).

Na escola pública do campo da comunidade de Barra do Lontra foram ou estão sendo aplicadas algumas práticas do instrumental metodológico (Ghedini & Berté, 2018) para trazer para dentro da escola a realidade das comunidades próximas e, conseqüentemente, o contexto dos estudantes que estão/estavam matriculados na escola. A escola já desenvolveu as seguintes práticas: Trilhas Escola-Família, Inventário da Realidade, Dossiê da Realidade, alguns passos do Planejamento Coletivo Interdisciplinar. Importante reforçar que os estudantes também participaram das Trilhas Escola-Família. Com essa prática desenvolvida pela escola, foi possível que os estudantes conhecessem a realidade dos colegas com quem convivem diariamente no espaço escolar, assim como, os professores e professoras que atuam ou atuavam na escola.

Por meio do Projeto Universidade Sem Fronteiras, desenvolvida pela Unioeste – Campus de Francisco Beltrão, a Escola Estadual do Campo de Barra do Lontra – Ensino Fundamental, realizou no dia 25 de outubro de 2022, a “I Festa das Sementes Crioulas”, com o tema: “Troque sementes, multiplique vidas”^{vi}. Em entrevista realizada com um professor da Escola Estadual do Campo de Barra do Lontra, nota-se como a I Festa das Sementes foi significativa para a escola e para a comunidade. Ao ser perguntado sobre o motivo da escola promover a I Festa das Sementes, ele afirmou que foi com a intenção de resgatar as sementes crioulas. Como é possível verificar em sua fala a seguir.

Professor – Rede Estadual: *O grande motivo é realmente o resgate, né. Porque muitas famílias hoje, a gente visitando, né, elas não têm, não tinham nem hortas em casa, né. Então, nós estamos despertando, inclusive com a Emater, a gente tem trabalhado lá, algumas situações em relação a horta, e também, fazer com que eles sintam que é um local que é possível ter uma alimentação saudável. Que é possível criar uma renda a partir disso, que eles estão fazendo, né. Essas sementes crioulas podem tá proporcionando até uma qualidade de vida melhor tanto na questão da saúde como na questão de venda. Só falta realmente eles despertarem. Então, a gente plantou uma sementinha. Espero que ela cresça e se multiplique, né.*^{vii}

Com a fala acima, constata-se que a escola, como diz o professor, “plantou” uma pequena sementinha por meio das atividades desenvolvidas, ou seja, construiu um momento em que a comunidade, estudantes, professores e demais participantes conseguiram, de certo modo, compreender que é possível no campo produzir alimentos saudáveis, a partir das sementes crioulas e orgânicas.

A professora 4 da rede estadual de ensino, também destacou um evento que foi desenvolvido na escola para implementar/fortalecer a Educação do Campo, denominado “I Feira Campo Escola”. O evento aconteceu na Comunidade de Pinhal da Várzea, na Escola Estadual do Campo de Pinhal da Várzea - Ensino Fundamental, no dia 17 de novembro de 2022.

A instituição de ensino buscou trazer para “dentro” da escola os produtos que as famílias produzem/produziam na propriedade. Conforme entrevista semiestruturada realizada com a professora 5 da rede estadual de ensino, a I Feira Campo Escola aconteceu porque a escola sentiu a necessidade de “...despertar neles a questão do: eu também posso complementar a renda da minha casa. ...que eu entenda que aquele produto que está sendo produzido na minha casa é importante para a comunidade”. (Professora 5 – Rede Estadual)^{viii}.

A professora também comentou da dificuldade que foi para os estudantes participarem da atividade, pois, no decorrer do processo de elaboração da Feira, os estudantes começaram a ficar com vergonha dos produtos que tinham em casa para vender. Como afirma a professora a seguir: “A princípio todos eles tinham alguma coisa para vender. Depois eles ficaram com vergonha...eles têm que mostrar o produto deles e se sentir valorizados com aquilo, e não vergonha de estar mostrando o que eles produzem”. (Professora 5 – Rede Estadual).

Com a fala da professora percebe-se que os estudantes ainda estão em processo de construção sobre a importância dos produtos produzidos no campo. Nota-se ainda que, na

maioria das vezes, não se consideram sujeitos do campo, encontram dificuldade para se reconhecerem como sujeitos que vivem no/do campo. Para Ghedini e Moura (2020, p. 112), a escola do campo procura “...de diversas formas estabelecer novos contornos ao que se compreende como uma escola “do campo”. Contudo, no processo histórico, esta escola do campo “de novo tipo” vai fazendo-se entre as relações do que se teve/tem como escola rural no país”.

Em síntese, é possível destacar que, existem instrumentais teóricos metodológicos desenvolvidos pelas escolas públicas do campo de Salto do Lontra/PR que buscam a mudança. Ou seja, escolas que procuram implementar o instrumental teórico metodológico proposto pela Refocar. Como exemplo, pode-se citar a Escola Estadual do Campo de Barra do Lontra, a qual desenvolveu a Trilha Escola-Família, Inventário da Realidade, Dossiê da Realidade, alguns passos do Planejamento Coletivo Interdisciplinar e, por último, realizou a I Festa das Sementes Crioulas.

Constatou-se com a pesquisa que na Escola Estadual do Campo de Barra do Lontra foi implementado o projeto piloto da Universidade Sem Fronteiras - USF^{ix}. Com o projeto, muitas movimentações tiveram início na escola, buscando implementar a modalidade, colocando os professores, professoras, direção, equipe pedagógica, estudantes, familiares dos estudantes, e de modo geral, as comunidades que a escola atende em movimento, por meio dos instrumentais teóricos metodológicos já citados no texto.

É interessante reforçar que, cada escola pública do campo, que participa ou participou do Projeto Universidade Sem Fronteiras, implementado pela Refocar, desenvolve ou desenvolveu diferentes movimentações, visto que, algumas conseguem ou conseguiram implementar todos os elementos propostos pela Refocar, envolvendo movimentações “para fora” e “para dentro” da escola. (Ghedini & Berté, 2018). Sendo todos esses instrumentais teóricos metodológicos aplicados na escola em diferentes momentos e em práticas pedagógicas distintas.

É preciso salientar que, em Salto do Lontra/PR, não são todas as escolas públicas do campo da rede estadual que participam/participaram do projeto. Isso demonstra que, nas escolas estaduais, existem mudanças que são particulares da escola em que essas práticas são desenvolvidas, mostrando que as permanências da Educação Rural ainda se fazem presente nas práticas pedagógicas dos professores e professoras que atuam nas escolas públicas do campo da rede estadual de ensino.

Nas escolas municipais do campo não foram encontrados relatos de instrumentais teóricos metodológicos que estejam claramente relacionados à modalidade da Educação do Campo. Isso reforça o que foi mencionado por uma professora que participou da pesquisa, ou seja, de que as escolas do município ainda são escolas rurais e não escolas do campo.

Conclusões

Em síntese, é possível afirmar que há uma relação dialética entre as permanências e mudanças existentes entre a Educação Rural e a Educação do Campo no município de Salto do Lontra/PR entre os anos de 1998 a 2022. Ou seja, os acontecimentos históricos são permeados por permanências e mudanças, pois, toda mudança que ocorre na temporalidade histórica é atravessada também por permanências. Desse modo, percebeu-se que a historicidade que envolve tanto a Educação Rural quanto a Educação do Campo se entrelaça. Em outras palavras, não há rupturas/separações entre os acontecimentos históricos que caracterizam a Educação Rural e a Educação do Campo no município, visto que é impossível haver mudanças sem levar em conta as permanências históricas que se fizeram e ainda se fazem presente nas escolas rurais/do campo.

Isso significa que existe um processo histórico que expressa tanto as permanências quanto as mudanças na educação, especialmente na educação escolar presente nas escolas rurais/do campo. Verifica-se que, a educação escolar no município de Salto do Lontra/PR, continua se fazendo “*para os*” e não “*dos*” camponeses e camponesas. Por isso, os camponeses e camponesas não são sujeitos que participam diretamente da educação escolar e tampouco das políticas públicas educacionais que chegam até as escolas. Isso, de certo modo, explica também, porque as mudanças para a implementação da modalidade da Educação do Campo ainda não são nítidas nas escolas, prevalecendo desse modo, mais os instrumentais teóricos metodológicos que caracterizam as permanências da Educação Rural.

Em Salto do Lontra/PR constatou-se as seguintes permanências: pouca formação continuada ofertada pela SEED ou pela Secretaria Municipal de Educação que discutem a escola do campo e a Educação do Campo; fragmentação do trabalho docente, visto que, em muitas escolas estaduais o planejamento trimestral está pronto no RCO (Registro de Classe On-line); estudantes do campo matriculados em escolas urbanas devido, especialmente ao

fechamento de escolas e poucos Projetos Políticos Pedagógicos que apresentam em seu conteúdo vínculo com a Educação do Campo.

Em relação às mudanças, pode-se destacar: aprovação de documentos em âmbito nacional e estadual que regulamentam a Educação do Campo como modalidade de ensino, como também, garantem educação escolar de qualidade para os estudantes do campo e que respeite suas especificidades; presença da universidade nas escolas do campo; desenvolvimento de instrumental teórico metodológico que procura conhecer os entornos das escolas, realizando dois movimentos tanto “para dentro” quanto “para fora” da escola.

Desse modo, nota-se que, em geral, as escolas não implementam, não dominam ou não se fazem enquanto modalidade da Educação do Campo, a partir de um instrumental específico, mas limitam-se a ações pontuais, descontextualizadas, não planejadas estrategicamente em torno das referências históricas da Educação do Campo, por isso, ainda as mudanças são pontuais e algumas permanências ainda se fazem presente.

Referências

Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (Orgs.). (2011). *Por uma Educação do Campo*. (5 ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Bonamigo, C. A. (2007). *Pedagogias que brotam da terra: um estudo sobre práticas educativas do campo* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Bonamigo, C. A., & Belletini, K. (2022). Os processos de ocupação, atividades produtivas e a Educação do Campo no Sudoeste do Paraná. In Bonamigo, C. A., & Ghedini, C. M. (Orgs.). *Educação do campo: desafios de construir novas referências históricas* (pp. 173-191). Chapecó, SC: Livrologia.

Cattelan, C. (2014). *Educação Rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

Cattelan, C., & Danieli, J. P. (2020). O processo de nuclearização e a luta pela escola rural no município de Francisco Beltrão: 1981-1997. In Ghedini, C. M., & Bonamigo, C. A. (Orgs.). *Educação do Campo: pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná* (pp. 77-108). Jundiaí, SP: Paco Editorial.

Chimentão, L. K. (2009). O significado da formação continuada docente. In *IV Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar – CONPEF* (pp. 1-6). Londrina, PR.

Decreto nº 7.352. (2010, 4 de novembro). Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm

Franco, M. A. R. S. (2012). *Pedagogia e prática docente*. São Paulo, SP: Cortez.

Gefhemp – Grupo de Estudos em Formação Humana, Educação e Movimentos Sociais Populares. *Dados referentes às escolas estaduais do campo do NRE de Dois Vizinhos – 2022*. Recuperado de https://www.unioeste.br/portal/arq/files/GEFHEMP/5_Dados_Escolas_Estaduais_2022_NRE_FB_PB_DV.pdf

Gefhemp. *Diálogos sobre as referências em curso nas escolas públicas no/do campo no Sudoeste do PR*. Live YouTube. Transmitido ao vivo em 1 de dez. de 2022. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=ZnoIs885UtY>

Ghedini, C. M. (2017). *A produção da Educação do Campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização*. Rio de Janeiro, RJ: Paco Editorial.

Ghedini, C. M., & Berté, R. (Orgs.). (2018). *Planejamento coletivo-interdisciplinar e instrumental metodológico*. Francisco Beltrão, FB: Unioeste/Francisco Beltrão.

Ghedini, C. M., & Moura, E. C. de. (2020). Da Educação Rural à Educação do Campo: mapeamentos com a metodologia da sistematização de práticas sociais. In Ghedini, C. M., & Bonamigo, C. A. (Orgs.). *Educação do Campo: pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná* (pp. 109- 135). Jundiaí, SP: Paco Editorial.

Ghedini, C. M., Bonamigo, C. A., & Ritter, J. (2020). Fortalecimento das escolas públicas do campo da região Sudoeste do Paraná e rede de formação de educadores. In Ghedini, C. M., & Bonamigo, C. A. (Orgs.). *Educação do Campo: pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná* (pp. 33-75). Jundiaí, SP: Paco Editorial.

Ghiraldelli Junior, P. (2015). *História da educação brasileira*. (5 ed.). São Paulo: Cortez.

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *População*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>

Ipardes - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2009). *Caderno Estatístico: município de Salto do Lontra*. Recuperado de http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/saltodolontra.pdf

Ipardes - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2012). *Caderno Estatístico: município de Salto do Lontra*. Recuperado de http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/saltodolontra2012.pdf

Ipardes - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2022). *Caderno Estatístico: município de Salto do Lontra*. Recuperado de <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85670&btOk=ok>

Leite, S. C. (1999). *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez.

Maia, E. M. (1982, de setembro). Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? *Em Aberto*, (9), 27-33.

Maia, K., Cordeiro, L. E. S., & Carvalho, S. M. G. de. (2020). O fechamento de escolas rurais: a verdadeira essência do movimento de nucleação. In *VI Congresso Nacional de Educação - Conedu*. Campina Grande: Realize Editora. Recuperado de: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65498>

Molina, M. C., & Sá, L. M. (2012). Escola do Campo. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 324-330). Rio de Janeiro, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Munarim, A. (2008a). Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção. *Reunião Anual da Anped*, 31. Caxambu. Trabalhos GTs. Recuperado de <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf>

Munarim, A. (2008b). Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. *Revista do Centro de Educação*, 33(1), 57-72.

Nurmburg, M. A. (2017). *História da educação do município de Enéas Marques – 1960 a 1992: das escolas rurais à nuclearização* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

Oliveira, L. M. T., & Campos, M. Educação Básica do Campo. (2012). In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 237-244). Rio de Janeiro, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Paraná. (2018, 07 de novembro). *Parecer CEE/CEIF Nº 246/18. Assunto: Pedido de cessação definitiva da Escola Rural Municipal Cláudio Manoel da Costa - Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Curitiba.

Pereira, M. C. B. (2012). Revolução Verde. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 685-689). Rio de Janeiro, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Resolução nº 2. (2008, 28 de abril). Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Recuperado de http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_2_de_28_de_abril_de_2008.pdf

Resolução nº 4. (2010, 13 de julho). Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf

Reichenbach, V. (2019). *Fechamento das escolas do campo no Estado do Paraná (1997-2017): violação do direito a educação* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Ribeiro, M. (2012). Educação Rural. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 293-299). Rio de Janeiro, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Santos, V. C., & Garcia, F. M. (2020). O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais. *Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino*, 1(4), 264-289.

Santos, A. C. (2021). *Educação do Campo e o Processo Operacionalização da Legislação: Rearticulação de Escolas Públicas do Campo no Sudoeste do Paraná 2015-2020* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

Santi, D. N. (2021). *A institucionalização da escola rural no Paraná entre 1915 e 1946 e a atuação dos inspetores* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Salto do Lontra. (1983, 04 de julho). *Ofício nº 14/83*. Prefeitura Municipal de Salto do Lontra.

Salto do Lontra. (1996, 27 de maio). *Justificativa de desativação e nuclearização das escolas municipais*. Prefeitura Municipal de Salto do Lontra.

Salto do Lontra. (1997a, 25 de março). *Justificativa de desativação e nuclearização das escolas municipais*. Prefeitura Municipal de Salto do Lontra.

Salto do Lontra. (1997b, 25 de fevereiro). *Decreto nº 050/97. Súmula: desativa escolas rurais municipais, e dá outras providências*. Prefeitura Municipal de Salto do Lontra.

Salto do Lontra. (1998, 04 de fevereiro). *Decreto nº 011/98. Súmula: desativa escolas rurais municipal de Salto do Lontra, e dá outras providências*. Prefeitura Municipal de Salto do Lontra.

Salto do Lontra. (2007). *Plano Municipal de Educação Lei nº 140/2007*. Prefeitura Municipal de Salto do Lontra – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Salto do Lontra. (2015). *Plano Municipal de Educação*. Prefeitura Municipal de Salto do Lontra – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Salto do Lontra. (2017, 14 de junho). *Justificativa de desativação da Escola Rural Municipal Cristóvão Colombo - Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes. Prefeitura Municipal de Salto do Lontra.

Salto do Lontra. (2021). *Projeto Político Pedagógico da Escola Rural Municipal Padre Diogo Feijó - Educação Infantil e Ensino Fundamental*.

Zanella, A. M. (2018). Aspectos políticos e ideológicos na formação continuada de professores da SEED/PR (2011-2014). *Revista Panorâmica On-Line. Barra do Garças – MT*, 26, 61-84.

ⁱEntrevista concedida a Elizangela Wessling. Salto do Lontra-PR, 04 de agosto de 2022.

ⁱⁱEntrevista concedida a Elizangela Wessling. Salto do Lontra-PR, 15 de junho de 2022.

ⁱⁱⁱEntrevista concedida a Elizangela Wessling. Salto do Lontra-PR, 13 de junho de 2022.

^{iv}Entrevista concedida a Elizangela Wessling. Salto do Lontra-PR, 10 de agosto de 2022.

^vEntrevista concedida a Elizangela Wessling. Salto do Lontra-PR, 17 de junho de 2022.

^{vi} Para saber mais da I Festa das Sementes Crioulas, realizada pela Escola Estadual do Campo de Barra do Lontra, ver a live em: GEFHEMP. Diálogos sobre as referências em curso nas escolas públicas no/do campo no Sudoeste do PR. YouTube. Transmitido ao vivo em 1 de dez. de 2022.

^{vii}Entrevista concedida a Elizangela Wessling. Salto do Lontra-PR, 23 de novembro de 2022.

^{viii}Entrevista concedida a Elizangela Wessling. Salto do Lontra-PR, 28 de novembro de 2022.

^{ix} Para saber mais sobre o projeto USF ver em: “Escolas públicas do campo multianos: mudanças e inovações”. Ghedini et al. (2022).

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 04/02/2023
Aprovado em: 12/05/2024
Publicado em: 30/06/2024

Received on February 04th, 2023
Accepted on May 12th, 2024
Published on June, 30th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / Howto cite thisarticle

APA

Wessling, E., & Bonamigo, C. A. (2024). Permanências e mudanças na Educação Rural e na Educação do Campo no município de Salto do Lontra entre os anos de 1998 a 2022. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e15659.

ABNT

WESSLING, E.; BONAMIGO, C. A. Permanências e mudanças na Educação Rural e na Educação do Campo no município de Salto do Lontra entre os anos de 1998 a 2022. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e15659, 2024.